

TRANSFORMAR

Outubro/Dezembro

Ano IX / 2006

Nº 31

Revista dos Associados e Amigos do Forum Abel Varzim - Desenvolvimento e Solidariedade



**Encontro na Culturgest:
Analisar a situação actual
para reduzir ao mínimo as incertezas**

Mutualismo, Segurança Social, Seguros

Excelente participação no Colóquio organizado pelo Forum

págs. 8 a 10

**Muhammad Yunus
e o Banco Grameen:
Nobel da Paz para o Microcrédito**

pág. 16

**Desarmar os corações:
Comissão Justiça e Paz
dinamiza jovens**

pág. 7



Fernando Nobre, Presidente da AMI

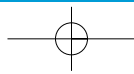
**Líbano:
AMI dá assistência
a milhares de pessoas**

pág. 3

Quem foi Abel Varzim?

**Testemunho
de Nuno Teotónio Pereira**

pág. 13



Editorial



João Gomes

O fim da pobreza até 2025?

A revista "Executive Digest" (n.º 6, Setembro 2006) traz como manchete **o fim da pobreza?** a partir de um livro de Jeffrey Sachs, que, escreve, "dá a receita para acabar com a pobreza até 2025".

E acerca deste tema insere um artigo de Samuel Palmisano, de doze páginas, em que o mesmo procura justificar a tese. Especialista em macroeconomia e em experiência de campo (visitou e trabalhou em mais de 100 países, representando 90 por cento da população mundial), debruça-se sobre os seus vastos conhecimentos na matéria e procura fazer-nos crer que o desígnio é possível.

Acerca do livro de Jeffrey Sachs a revista transcreve os pontos de vista de Bono Vox: as ideias deste livro têm um magnetismo que ninguém esquecerá: o fim da pobreza. é um desafio difícil de ignorar. A fome, a doença, o desperdício de vidas que a pobreza extrema constitui são uma afronta a todos nós. Para Jeffrey Sachs, trata-se de uma equação difícil, mas com solução. Acho que não nos podemos dar ao luxo de não o fazer.

Se, como o autor deste longo artigo procura clarificar, a pobreza divide-se em três graus: pobreza extrema (ou absoluta), pobreza moderada e pobreza relativa.

Qualquer um destes graus de pobreza nos deve preocupar, perseguir, interpelar. Manifestemos esses anseios em termos de acompanhar o que sobre o assunto pensam e escrevem peritos de renome mundial. Mas não deixemos também de dar o nosso contributo, à maneira do exemplo eloquente de Abel Varzim.

A ideia de que 2025 será o fim do ciclo da pobreza é propósito que não deve deixar de acalantar em nós augúrios de um tempo novo. Felizes aqueles em quem for dado viver em tais tempos.

joao.j.gomes@netcabo.pt

Madalena Miguel



A participação da mulher deve ser conseguida por mérito

Após trinta e dois anos da revolução de 74 será, no meu entender, um retrocesso de cidadania, legislar sobre a participação das mulheres na vida política.

E, se vou ferir susceptibilidades, que me perdoem a opinião! Não poderei concordar com uma quota de preenchimento de lugares na Assembleia da República!

A participação da mulher na vida parlamentar portuguesa deve ser conseguida por mérito, independência, com honestidade intelectual, e nunca por outros motivos de interesse político que me parecem existir.

É verdade que continua a verificar-se, actualmente, muita discriminação em relação à participação da mulher na vida política, desde a autarquia ao parlamento, o que me leva a concluir que estamos perante uma democracia ainda muito fragilizada. Verifico, com apreensão, que ao nível dos partidos políticos existe uma completa dominação

masculina, com as inerentes dificuldades de acesso das mulheres aos seus lugares de topo o que se prolonga na governação quando estes alcançam o poder.

Como poderei, então, aceitar que se legisle sobre a participação da mulher?

Partilho da opinião de que já estamos na altura da afirmação de novas mentalidades, e assumir e defender no nosso quotidiano de que a mulher está em pé de igualdade com o homem em qualquer situação da vida política do nosso país começando desde logo na base da pirâmide - aldeias vilas e cidades.

Defendo e empenho-me, dentro das minhas possibilidades, na construção de uma sociedade baseada nas pessoas, na sua iniciativa, na sua criatividade, na inesgotável capacidade de aprender. Para mim é uma questão de cidadania de base, de civilização, e de valores que nunca se alcançam por decreto.

Boas-Festas

Aos filiados do Forum, familiares, amigos e conhecidos desejamos Feliz Natal e Próspero Ano Novo

AMI no Líbano

Internacionalizar a solidariedade



Texto: Paulo Aido

A Assistência Médica Internacional é um bom exemplo de como os portugueses podem estar na primeira linha da solidariedade no mundo. A recente guerra no Líbano foi mais um pretexto para uma intervenção de carácter humanitário.

No apogeu do mais recente conflito no Líbano, a AMI – Assistência Médica Internacional – enviou uma equipa, composta por três elementos e dirigida pelo presidente da instituição, Fernando Nobre, com o objectivo de prestar assistência aos milhares de deslocados daquele país do Médio Oriente. O conflito, recorde-se, causou um rasto imenso de destruição no Líbano, na zona contígua à fronteira com Israel. A equipa da AMI partiu de Lisboa a 28 de Julho, e seguiu para Beirute via Síria. A missão prestou assistência a milhares de deslocados durante 11 dias, tendo havido a distribuição às populações essencialmente de água, medicamentos e alimentos. Para fazer face a esta operação de emergência, a AMI investiu cerca de 65 mil Euros, mas essa verba já foi totalmente recuperada, através de donativos directos à instituição e em resultado da campanha entretanto efectuada, denominada “SOS Líbano” e que permitiu angariar, até 30 de Agosto, cerca de 117 mil euros. Parte dessa verba já tem destino, uma vez que a AMI deseja proceder ao financiamento da reconstrução de um Centro de Saúde, em Bint-Jbeil, operação estimada em cerca de 100 mil euros. Fundada há duas décadas por Fernando Nobre, a Assistência Médica Internacional é uma instituição humanitária, com estatuto jurídico de fundação, genuinamente portuguesa. Na página disponível na Internet (www.fundacao-ami.org), o presidente da AMI explica as razões porque decidiu avançar com este projecto: “Fundei-a porque entendi ser útil que houvesse em Portugal uma instituição

humanitária autêntica, independente, dinâmica e repleta de ideal, inspirada nos ‘Médecins Sans Frontières’ (MSF), instituição onde eu actuava havia já cinco anos. Nessa altura, lembro-me de me ter interrogado muitas vezes, do porquê de ser então o único médico português a actuar nesse tipo de instituição humanitária não governamental. Tendo ajudado a lançar a secção belga dos MSF no início da década de 80 e tendo sido um dos seus administradores, entendi a partir de certa altura que em Portugal poderíamos também construir uma instituição do mesmo género...” Hoje, a AMI será uma das instituições de solidariedade com mais

prestígio, tanto nacional como internacionalmente, intervindo junto das populações carenciadas e dando exemplo extraordinário de iniciativa. Nas palavras de Fernando Nobre, “a AMI tem hoje três pilares fundamentais de intervenção; os seus três desafios! O primeiro é a sua intervenção externa, o segundo a sua intervenção interna e o terceiro é a sua missão de ‘alertar consciências’.”

Atenta à realidade social do nosso país, a Assistência Médica Internacional está apostada em continuar a ampliar a sua rede de centros sociais vocacionados para o auxílio às populações carenciadas.

pauloaido@gmail.com



Beirute, antes e depois da guerra

Abel Varzim evocado na revista "Nova Cidadania"

Uma referência da democracia cristã



Mário Pinto

A propósito da recente reedição do livro "Comunismo" do Padre Abel Varzim, saiu na revista Nova Cidadania (n.º 29 – Julho/Setembro de 2006) um extenso artigo de cinco páginas assinado por Mário Pinto, Presidente do Conselho Editorial da referida publicação. A revista, dirigida por João Carlos Espada, que já vai no seu oitavo ano de publicação, define-se como um espaço de reflexão sobre "Liberdade e Responsabilidade Pessoal" e conta com a colaboração de uma série de personalidades maiores do pensamento contemporâneo português.

O artigo, significativamente intitulado "Recordando Abel Varzim – Uma referência da democracia cristã", começa por se lhe referir como um dos milhões de mártires católicos do século XX. Poderá parecer estranha esta referência, mas Mário Pinto irá esclarecê-la mais à frente, citando um trecho do diário daquele padre: "Querem que eu saia da Acção

Católica. Porquê? Por ter defendido a doutrina social da Igreja e reagir contra a submissão a Salazar. Porquê mais? Por ser incómoda a minha presença e inabalável a minha intransigência", para referir depois que "assim se compreende melhor o estilo e o conteúdo" da referida obra, "livro de um pastor e de um filósofo; não de um partidário ou de um simples sindicalista; livro de um profeta, não de um político."

Aliás, o artigo acompanha de perto o percurso de vida do Pe. Varzim, sobretudo na vertente da sua acção de reflexão sobre os grandes problemas do seu tempo e da necessidade de doutrinar as classes trabalhadoras. Desse modo, ainda sobre o livro em questão, Mário Pinto refere que "sobre o comunismo, não seria fácil fazer um livro que melhor pudesse satisfazer os objectivos do Autor. Escrito sobretudo para operários, nem por isso deixa de

tratar as questões em elevado nível teórico, conseguindo uma exposição acessível e pedagógica, esforçando-se sobretudo por mostrar o totalitarismo do pensamento comunista marxista, bem como as pré-compreensões materialistas que lhe subjazem. É sobretudo aí que concentra o seu combate doutrinário."

Mas Mário Pinto perspectiva esta obra de Abel Varzim sobretudo para o futuro e invoca o momento da nossa história recente na qual ruiu o comunismo de Leste para falar mesmo de uma "profecia", sobretudo no caso concreto da Polónia, afirmando que, à luz desses acontecimentos e também do ensinamento de João Paulo II se torna "ainda mais claro que o livro do padre Abel Varzim sobre a filosofia e a ideologia comunista anticristã continua actual"

RA



Sabia que...

- **Há 854 milhões de pessoas no mundo que passam fome?**

Destes, 820 milhões vivem em países em vias de desenvolvimento e subsistem diariamente com a ingestão de apenas 1900 calorias.

Estes dados revelados pela FAO representam o fracasso do objectivo traçado em Roma em 1996.

- **Abusos sexuais, violência e trabalho infantil afectam mais de 200 milhões de crianças no mundo?**

Um relatório da ONU revelou, com efeito, que 223 milhões de raparigas e rapazes foram forçados a manter relações ou sofreram qualquer tipo de abuso sexual, enquanto 218 milhões participaram em esquemas de

trabalho infantil e 275 milhões presenciaram cenas de violência doméstica.

- **Há quase 3000 sem-abrigo em Portugal continental?**

Este número é o resultado de um estudo inédito levado a cabo pelo Instituto de Segurança Social.

- **Existem no nosso país 305 crianças, de um total de 15000 a viver em instituições, aptas a ser adoptadas, enquanto o número de candidatos a pais, avaliados pelos serviços, se eleva a 1933?**

Esta realidade não obrigará a rever os critérios de simplificação a dar a determinadas situações?

O drama dos refugiados

O abominável mundo novo

Não há fortaleza que resista ao fluxo constante de milhares de pessoas que decidem partir das suas terras em busca de uma vida melhor. Imigrantes económicos e refugiados, são duas faces da mesma moeda. Como lidar com este problema?

Texto: Paulo Aido

São números milionários na sua grandeza, mas reflectem uma realidade angustiante e miserável. Existem 21,1 milhões de refugiados em todo o mundo, segundo as Nações Unidas. É impossível não reparar. Por vezes, existe a tentação de confundir refugiados com migrantes que buscam uma melhor condição económica para as suas vidas. Em ambos os casos, trata-se de pessoas que vivem fora dos seus países de origem - a ONU estima a existência, actualmente, de cerca de 160 milhões de seres humanos nestas circunstâncias. Os refugiados são um grupo à parte. Segundo a Convenção de Genebra, o estatuto de refugiado pode ser aplicado a "qualquer pessoa que ... receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país..."

Tráfico de seres humanos

As políticas restritivas em matéria de imigração nos países do Ocidente, geraram, nos últimos anos, um novo fenómeno: o pedido de asilo como veículo de acesso ao el dorado. Com ele, aumentou, sobremaneira, o tráfico de seres humanos. O recrudescimento de notícias que dão conta de "boat people" que vindos do Norte de África tentam aportar na Europa, são um elo visível nesta dramática cadeia. António Guterres, Alto Comissário da ONU para os Refugiados - ACNUR (iniciou o mandato a 15 de Junho de 2005), numa recente entrevista ao jornal "Público", constata esta realidade: "Quando olhamos para o que se passa à volta da Europa, é evidente que a esmagadora maioria das pessoas são imigrantes económicos, que

procuram caminhos ilegais porque não existem caminhos legais." O iraníano Bozorgmehr Ziaran alertou para a gravidade do problema, falando da Europa: "Não se pode deixar uma ilha de prosperidade no meio de

um oceano de pobreza e desespero", disse ele. "Mais cedo ou mais tarde estes muros não vão aguentar. As pessoas vão ter de encontrar um modo de ficar."



De entre os refugiados, os que mais sofrem são as crianças

O drama dos refugiados

O trabalho do ACNUR

A missão do ACNUR pode ser sintetizada em três modos: repatriamento voluntário, integração local no país de asilo e reinstalação a partir do país de asilo para um país terceiro. No que se refere à Europa, são cada vez mais as vozes que exigem uma política comum para a imigração e refugiados. O social-democrata alemão Wolfgang Kreissl-Dörfler afirma mesmo que "enquanto as condições de vida nos países de origem não melhorarem, o fluxo de refugiados não estancará", prevê o parlamentar. Ewa Klamt, da bancada democrata cristã (EVP-ED) do Parlamento Europeu, complementa este raciocínio: "Investimos muito pouco dinheiro na ajuda in loco. É preciso considerar: cada refugiado que chega até nós custa muito mais do que investiríamos em seus países de origem." Para além do problema económico, do custo concreto que os países ricos pagam cada vez que têm de acolher os novos refugiados e imigrantes económicos, há o lado humano da questão. Imperturbável. Os ilegais

que aportam na Europa fortaleza e são descobertos, ficam confinados a campos de acolhimento. Os outros andam por aí, como fantasmas, sem papéis, sem estatuto, sem voz activa, à mercê de todas as exploração imagináveis.

A situação em Portugal

Em Portugal não há números oficiais, mas Rosário Farmhouse, directora do Serviço Jesuíta aos Refugiados considera que devem ser mais de cem

mil. É mais do que a população de Odivelas, Massamá e Queluz toda junta. Muitos deles, estão a trabalhar, com contratos precários, explorados por gente sem escrúpulos, que abusa da fragilidade em que se encontram. Outros, muitos outros, engrossam as estatísticas dos sem-abrigo que se escondem nas esquinas das grandes cidades e que sobrevivem através da caridade alheia. Num mundo que se transformou em aldeia global, não é possível esconder mais este escândalo.

Total de refugiados no mundo - 21,1 mi



Migrações discutidas em Lisboa

A capital portuguesa foi palco do maior encontro mundial de especialistas sobre migrações, que decorreu entre os dias 2 e 7 de Outubro, na Culturgest. Denominado "Caminhos e encruzilhadas: migrações e transformações dos lugares", este encontro - que reuniu cerca de 700 delegados de meia centena de países -, teve por objectivo desenvolver plataformas de diálogo entre investigadores e decisores políticos. Entre os temas em debate, esteve a "crise das Canárias" - onde todos os dias chegam novos clandestinos oriundos do Norte de África, arriscando a vida nessa temerária experiência -, assim como a tentativa de compreensão de como serão as migrações daqui a um quarto de século. O encontro aconteceu pela primeira vez em Portugal, numa altura em que a agenda política dá maior relevo a Lisboa. Efectivamente, o nosso país terá a presidência da União Europeia, a partir de Julho de 2007.

O Forum tem novo desdobrável



Por ocasião do 10º aniversário da sua fundação, o Forum decidiu dar à estampa novo desdobrável com que o mesmo se apresenta, cuja primeira página acima se publica.

Do interior constam os principais objectivos do Forum, algumas actividades (conferências, colóquios e/ou seminários, cursos e actividade editorial), o porquê da associação e, a terminar, os dados biográficos de Abel Varzim.

FORUM ABEL VARZIM
DESENVOLVIMENTO
E SOLIDARIEDADE

Publicado em
27 de Abril de 1998

Comissão Justiça e Paz dinamiza crianças e jovens

Desarmar os corações por uma sociedade sem armas



Crianças e jovens animaram o auditório do colégio de Santa Doroteia

Na sequência do debate público que desencadeou na sociedade portuguesa sobre a produção, comércio e proliferação de armas ligeiras, a Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP) levou a efeito, no dia 28 de Outubro, uma festa, destinada a crianças e jovens, visando sensibilizar as camadas mais jovens para aquele problema. A mensagem de que é possível viver numa sociedade mais segura e sem armas foi passada aos que estiveram presentes no Colégio de Santa Doroteia e, mais importante do que isso, foi levada para casa e para os meios de comunicação social possibilitando uma sensibilização mais vasta e comprometida.

A Festa contou com cerca de 280 participantes, 70 dos quais passaram pelo palco daquele colégio, para exprimirem através do canto, da dança e da expressão teatral o seu contributo para uma sociedade livre de armas. O espec-

táculo teve a apresentação de Margarida Pinto Correia e entre cada actuação foram sendo apresentados pequenas peças audiovisuais de sensibilização.



José Magalhães marcou presença nesta festa

Foi notório o interesse suscitado, podendo constatar-se uma forte participação e envolvimento, sendo de destacar o exemplar silêncio de todos aqueles jovens e crianças nos momentos de maior seriedade.

Em paralelo com a festa foi possível observar os trabalhos que sobre a mesma temática foram elaborados por alunos de várias escolas e que estiveram expostos.

Os vários grupos presentes vieram sobretudo da grande Lisboa, onde a divulgação foi feita com maior relevo,

mas no entanto estiveram presentes também associações oriundas de Ermesinde e da Margem Sul do Tejo.

Após o espectáculo decorreu um lanche-convívio que prolongou o intenso ambiente de festa vivido durante aquela tarde de sábado.

Uma Lei de regulação

Presente durante todo o evento esteve também o Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, que dirigiu breves palavras à assistência, frisando que "tão ou mais importante do que ter feito e aprovado uma lei na Assembleia da República é o que vocês estão a fazer aqui". José Magalhães referia-se à Lei nº 5/2006, de 23 de Fevereiro, referente à regulação do uso de armas e suas munições.

De salientar que, na sequência da

aprovação desta lei, foi assinado um protocolo entre o Observatório permanente sobre a produção, comércio e proliferação de armas ligeiras e o Ministério da Administração Interna que vem de encontro aos esforços daquele grupo de trabalho da CNJP, ficando expressa a sua cooperação, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento de acções específicas de esclarecimento e sensibilização junto dos mais jovens.



Um dos trabalhos feitos pelas crianças

Rui Almeida

Mutualismo, Segurar

Excelente a participação d



Texto: Rui Almeida

Assinalando os dez anos de existência do Forum Abel Varzim, decorreu no dia 14 de Outubro, na Culturgest, em Lisboa, o Colóquio "Mutualismo, Segurança Social, Seguros" marcado pela seriedade dos especialistas que nele participaram, pelo carácter sereno do debate e pela dinâmica da participação dos cerca de oitenta inscritos. Uma reflexão que valeu a pena e que deixou pistas concretas para encarar o futuro nestas áreas.



As sessões de abertura e sobre o Mutualismo

"É necessário continuar a aprofundar o assunto dando a conhecer as diferentes formas de respostas sociais", afirmou João Gomes, um dos responsáveis pela organização do Colóquio, após o seu encerramento. E não podia ser de outra forma, perante uma temática que levanta inúmeras interrogações e que tem desencadeado acesa discussão em numerosos países e de modo muito acalorado no nosso.

Preparado com largos meses de antecedência, este colóquio teve lugar poucos dias após a concretização de um acordo relativo à Segurança Social entre o Governo e os parceiros sociais, UGT e confederações patronais, ficando de fora a CGTP que, no entanto, fez questão de estar presente na cerimónia de assinatura. Num contexto em que a sustentabilidade das reformas e da capacidade do Estado em ajudar os mais necessitados continua na ordem do dia e a suscitar intensa discussão por parte de partidos e outros grupos sociais, o objectivo do Forum, ao organizar

este espaço de reflexão, foi dar voz a alguns dos mais importantes especialistas na matéria, para que, de uma forma lúcida e liberta dos conflitos partidários e ideológicos, se identificassem os principais problemas e se apontassem caminhos para a emergência de soluções.

Perspectivar o futuro

Do material distribuído aos participantes constava um documento elaborado pelo Eng.º Leite Garcia, da Direcção do Forum, sobre "Solidariedade na doença, no desemprego na velhice e noutras adversidades", constituindo um ponto de partida para uma reflexão e análise. Os trabalhos foram iniciados pela Dr.ª Paula Guimarães, que dissertou de forma clara sobre a coesão social no nosso país, identificando os principais problemas e apresentando as várias faces de um complexo problema, antecipando uma série de questões que iriam ser

debatidas ao longo do dia.

A primeira sessão, moderada pela Dr.ª Joaquina Madeira, ocupou-se do mutualismo, tendo o Dr. Pedro Bleck da Silva e o Dr. José Alberto Pitacas, ambos da Associação Mutualista do Montepio Geral, abordado o seu quadro geral na Europa e no mundo e a sua função social ao longo dos tempos no nosso país, respectivamente. Seguiu-se a sessão sobre a Segurança Social, que contou com a moderação da Subdirectora-Geral da Segurança Social, Isabel Saldida. Nesta sessão, o Prof. Fernando Ribeiro da Silva, personalidade com vasta experiência académica (na área da Economia), administrativa e até governamental, abordou a sustentabilidade do actual sistema, referindo enfaticamente que existe uma "insustentabilidade responsabilizante" que obriga cada geração a tomar as medidas mais adequadas tendentes ao equilíbrio financeiro e social dos meios do Estado. Seguiu-se o Prof. Sérvulo Correia, que abordou o tema em ordem aos novos desafios que se apresentam, focando a questão mais do ponto de vista do Direito, sua área de actividade.

As alternativas ao Estado

Na parte da tarde abordaram-se os seguros e os fundos de pensões, na terceira sessão, moderada pelo Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, Dr. Luís Barbosa, com formação em finanças e com vasta experiência nesta matéria. Sobre seguros discorreu o Dr. Eugénio Ramos, gestor, formado em Economia, actualmente administrador da Companhia de Seguros Fidelidade, tendo já passado por cargos governamentais e da Administração Pública, tendo sido, nomeadamente, director da Caixa Geral de Aposentações. A sua comunicação conduziu sobretudo no

ança Social, Seguros da assistência no Colóquio



A mesa redonda: "Soluções a adoptar?"

sentido da responsabilidade social da actividade seguradora que, sendo um sector que visa essencialmente o lucro, exerce uma função de equilíbrio e de sustentabilidade dentro do tecido económico e que terá que ter uma aproximação, com regras específicas e determinados princípios, por parte da estrutura estatal de solidariedade. De fundo de pensões falou o Dr. José dos Santos Teixeira, especialista em finanças, que foi consultor do ministro Miguel Cadilhe em vários domínios relativos à poupança e ao aforro e actualmente presidente do Conselho de Administração da SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões. A sua intervenção visou sobretudo a demonstração, através da comparação de dados e da identificação de resultados, da viabilidade de um significativo retorno da poupança e do investimento financeiro e da relatividade do risco envolvido.

Houve lugar, por fim, a uma mesa redonda onde estiveram presentes os Secretários Gerais das Centrais Sindicais, Manuel Carvalho da Silva e João Proença e o Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa, Artur Pais. O debate, moderado pelo jornalista Carlos Andrade, foi um momento de viva discussão de ideias e de posições, incidindo sobretudo nas matérias do âmbito da concertação social que marcam a ordem do dia. Particular relevo teve a participação da assistência, não só neste momento, mas ao longo de todo o dia, colocando questões após todas as intervenções, que, em muitos casos se revelaram autênticos desafios aos prelectores.

Enriquecimento da intervenção cívica

Na sessão de encerramento foi feita uma síntese das conclusões por parte do Dr. Acácio Catarino (ver página

seguinte), seguindo-se-lhe a intervenção da Deputada Isabel Santos que, em representação da Comissão Parlamentar do Trabalho e Segurança Social, saudou o Forum por esta iniciativa e frisou a importância deste tipo de iniciativas por parte de instituições da sociedade civil, que enriquecem a intervenção cívica e são dinamizadoras da saúde democrática, contribuindo para a participação dos cidadãos na construção de novas perspectivas de futuro.

De assinalar, por fim, que foram vários os oradores a evocar a memória de Abel Varzim. A mais emotiva foi, sem dúvida, a de Carvalho da Silva, que sempre que está presente em eventos organizados pelo Forum faz questão de relevar o facto de ser conterrâneo do seu Patrono, que, em jeito de desabafo afirmou: "é pena que ele não esteja aqui, gostava de o ver reagir ao que tem sido dito"



As mesas das sessões sobre Segurança Social, Fundos de Pensões e Seguros e de encerramento

Mutualismo, Segurança Social, Seguros

Notas conclusivas

(síntese elaborada pelo Dr. Acácio Catarino e apresentada no final dos trabalhos)



Acácio Catarino

Pontos de divergência

- 1) As fontes de financiamento;
- 2) O plafonamento das contribuições;
- 3) Os níveis das prestações;
- 4) A opção entre o modelo de repartição e o de capitalização;
- 5) A sustentabilidade da Segurança Social.

Pareceu prevalecer no Colóquio a opção por um **modelo** de repartição e capitalização, salvaguardando a conciliação da solidariedade com a solvabilidade. E, quanto à sustentabilidade de todo o sistema, foi defendido que devem ser evitados os extremos do economicismo e da irresponsabilidade financeira.

Quanto aos **seguros privados**, entendeu-se que deverá ser analisada a respectiva situação actual, tendo em vista a regulação que reduza ao mínimo as incertezas das prestações e promova a sua responsabilidade social.

Entendeu-se também que deverá ser preservado, por cada geração, o património económico e social do País, a fim de que a Segurança Social não se baseie no seu endividamento sistemático.

Pontos de convergência

1) A Segurança Social, como a protecção social no seu todo, baseia-se na **coesão social**, corresponsabiliza a Sociedade, o Estado e cada cidadão, família e grupo social;

2) **O Estado** é que deve garantir a todos os cidadãos a Segurança Social básica;

3) Apesar de **não** ser defensável nem viável **uma alternativa global à Segurança Social pública**, é indispensável a actualização e o desenvolvimento do mutualismo como complemento e como reforço do papel responsável dos cidadãos. A longa história da

entrajuda e do mutualismo, o seu forte enraizamento, o humanismo dos seus princípios e o seu pioneirismo social constituem uma das manifestações mais expressivas da solidariedade social. As dificuldades com que se debatem as mutualidades hoje em dia tornam imperiosa a respectiva análise, a formulação de propostas e a adopção das medidas necessárias;

4) **Não se pode reduzir a Segurança Social** às pensões, nem sequer ao somatório de todos os regimes. A responsabilidade do Estado e da Sociedade no seu todo abrange também o domínio da acção social vocacionada para a resposta a situações sociais não cobertas, por enquanto, por direitos consagrados na lei.

Recomendações finais

Os participantes no Colóquio recomendaram vivamente que os cidadãos, famílias, populações locais e grupos sociais atribuam alta prioridade aos respectivos **projectos de Segurança Social** e complementem a Segurança Social pública, nomeadamente, através de instituições mutualistas.

Recomendaram também que os órgãos de soberania, os parceiros sociais e outras forças e entidades sociais continuem a aprofundar a temática da protecção social e a promover o respectivo debate e difusão de informações para esclarecimento da consciência pessoal e colectiva e para que sejam adoptadas orientações cada vez mais justas, mais consistentes e reconhecidas como tais.

Araldo de Pinho *



Há ainda lugar para a Doutrina Social da Igreja?

Após algum tempo de doutrina social da Igreja mandada às urtigas por toda a espécie de pretextos - e digo bem, de pretextos: desde a teologia da libertação às acusações de ideologia - eis que surge, em 2005, publicado pelo Pontifício Conselho Justiça e Paz, o Compêndio de Doutrina Social da Igreja.

Este Compêndio fornece um quadro completo de linhas fundamentais do corpo doutrinal católico. Apresenta, de facto, como foi dito "de maneira global e sistemática, ainda que de forma sintética, o ensinamento social que é fruto da sábia reflexão magisterial e expressão do constante empenho da Igreja, na fidelidade à Graça da salvação de Cristo e na afectuosa solicitude pelos destinos da Humanidade".

No nosso país, realizou-se em Braga, durante o primeiro semestre do ano em curso, uma Semana Social católica, que reuniu à volta de quatrocentos participantes, tratando o momentoso problema do emprego.

Enfim, no Porto, decorreu entre 9 e 11 de Junho, um programa de abordagem sistemática ao Compêndio em que participaram cerca de 350 pessoas de toda a Diocese, à qual o programa era dirigido.

Adesão dos cristãos a estas iniciativas depois de decénios de interpretações, não raro bizantinas, do Concílio e de disputas entre os, assim chamados, progressistas e conservadores, cada um a falar para os seus paroquianos, reais ou imaginários, parece provar que não só é possível tratar das questões emergentes num

diálogo entre a razão e a fé, como mesmo que esse caminho pode gozar, entre os crentes, de largo apoio.

Campos de discernimento

Asituação actual do mundo, mormente a decorrente das questões da globalização que, de resto, o Compêndio trata com grande atenção e a conseqüente análise derivada não raro do pensamento único, baseado no capitalismo, parece também apontar para a necessidade de fornecer algumas referências provenientes dos princípios da doutrina social da Igreja.

Afinalidade do Compêndio, como se afirma expressamente na Introdução é a de propor-se "como um instrumento para o discernimento moral e pastoral dos complexos eventos que caracterizam os nossos tempos; como um guia para inspirar, a níveis individual e colectivo, os comportamentos e escolhas, de modo a permitir olhar o futuro com fé e esperança; como um subsidio para os fieis sobre o ensinamento da moral social". Um instrumento elaborado, além disso, com o preciso objectivo de promover "um novo compromisso capaz de responder às exigências do nosso tempo e medido sobre as necessidades e recursos do homem, mas sobretudo com o anseio de valorizar de formas novas a vocação própria dos vários carismas eclesiais em ordem à evangelização do social, porque "todos os membros da Igreja participam da sua dimensão secular".

Osimples elencar dos diversos capítulos do Compêndio - desde a Família à Ecologia, desde o Trabalho à Economia - mostram os campos do discernimento que os crentes e homens de boa vontade precisam de possuir para julgar o mundo à sua volta e agir nele de maneira consciente.

Na notável conferência introdutória ao Congresso Diocesano de Doutrina Social da Igreja, realizado no Porto em Junho passado, Jean-Yves Calvez, talvez o maior especialista mundial deste assunto, referia-se aos diversos momentos da Doutrina Social da Igreja desde a Rerum Novarum e apontava como problema de hoje a necessidade de partilha entre os povos ricos e os povos pobres e uma revisão do problema do capitalismo, que distinguiu do liberalismo, como temas prioritários.

Numa entrevista concedida ao jornal Público (13/5/2005), o secretário do Conselho Pontifício Justiça e Paz, Mons. Giampaolo Crepaldi, referia-se ao Compêndio como um manifesto para um novo humanismo, integral, solidário e aberto à transcendência. Três palavras chave: um humanismo integral, solidário e aberto à transcendência. Nestas palavras se inscreve, efectivamente, o futuro duma acção inspirada na tradição da Doutrina Social da Igreja. Tradição que é urgente retomar a partir de princípios básicos e na abertura aos problemas que a evolução social vem colocando.

*Cónego da Sé do Porto, Director da Faculdade de Teologia da UCP/Porto e Sócio do Forum Abel Varzim

Muçulmanos na Europa

A defesa da participação política

O Presidente do Conselho Europeu da Fatwa - uma importante entidade teológica que orienta os muçulmanos que vivem no espaço Europeu - defende que estes devem ter uma participação na vida política e que o Islão não se opõe à Democracia.

Texto: Paulo Aido

Em tempo de radicalização de posições e de desconfianças mútuas, entre o mundo ocidental e o Islão, especialmente após o 11 de Setembro de 2001, o clérigo Youssouf Al-Qaradawi, presidente do Conselho Europeu da Fatwa, defende que os "muçulmanos devem participar na vida política da Europa", sublinhando que "os aspectos políticos da lei islâmica não se opõem à democracia". Numa entrevista concedida em Julho passado ao jornal francês "Le Monde", Al-Qaradawi afirma que "a democracia real significa que um grupo pode escolher os seus representantes", e isso, adianta, "é o que o Islão exige". O Conselho Europeu da Fatwa (CEF) é uma instância teológica, composta por 32 membros, e que visa dar resposta às questões que lhe são endereçadas pelos muçulmanos residentes no Velho Continente.

Que partidos escolher?

O último encontro do CEF decorreu em Istambul, entre os dias 3 e 9 de Julho, e foi dedicado, precisamente, à participação dos muçulmanos na vida política europeia. Neste contexto, é importante compreender as palavras do clérigo, pois elas devem ser entendidas como um sinal orientador do que poderá vir a passar a ser uma estratégia política/eleitoral dos seguidores de Maomé residentes na Europa. Uma das questões colocadas é, precisamente, a de saber como devem os muçulmanos guiar-se em períodos eleitorais. Que partidos escolher e que critérios utilizar? "Primeiro, o programa. É próximo dos valores islâmicos?" - diz Youssouf Al-Qaradawi. É importante ter em conta, acrescenta, "não apenas a moral islâmica, mas também a justiça social, a ajuda aos mais desfavorecidos, o meio ambiente, a defesa de causas justas, como a palestiniana e,



A integração dos muçulmanos depende muito do respeito pelos direitos da mulher

também, a crítica à actual política americana". A isto, o clérigo ainda junta o factor individual: "os candidatos são honestos?"

Direita ou esquerda?

Quando confrontado entre dois candidatos, um muçulmano e um não-muçulmano, qual deve ser a opção? A

Muitos milhões

A presença dos muçulmanos no espaço europeu é cada vez mais visível. Calcula-se que sejam mais de 45 milhões, sendo que representam já quase 7% da população francesa, 2,5 a 3 por cento da alemã e 2,6% da inglesa. Em Portugal, esse valor não deverá chegar, ainda, aos 0,5%.

resposta veio célere: "Se o muçulmano for honesto" e preencher os critérios já referidos, "deve votar-se nele. Se não, não há qualquer mal em escolher-se um não-muçulmano". Em relação ao dilema esquerda - direita, o presidente do Conselho Europeu da Fatwa volta a centrar a sua resposta no enunciado de propósitos já referido. "O importante são esses critérios. Por vezes, a direita defende valores morais, mas é também favorável às discriminações e hostil aos direitos das minorias. Nestes casos, é preferível votar noutros partidos." E que pensar de um partido que, como os Verdes, em França, que defende os direitos dos muçulmanos mas, da mesma maneira, é favorável ao casamento dos homossexuais? Para Youssouf Al-Qaradawi, a questão é simples: "A defesa do casamento entre homossexuais é um obstáculo. Um muçulmano não deve votar neles. Todas as religiões estão de acordo nesta matéria", afirmou, acrescentando que o partido em questão estará mais preocupado "em captar a voz dos muçulmanos por interesse..."

Quem foi Abel Varzim?



Um Homem que não pode ser esquecido

Perfizeram-se há pouco quarenta e dois anos sobre a morte do padre Abel Varzim, falecido em 20 de Agosto de 1964 na sua aldeia natal de Cristelo, concelho de Barcelos. A sua vida é um claro testemunho de como um autêntico apóstolo cristão era combatido até à destruição física e psicológica no regime de Salazar, com a conveniente complacência da hierarquia religiosa.

Abel Varzim, logo após a ordenação, em 1925, põe-se ao serviço da diocese de Beja, muito carenciada de padres, que abundavam no norte do País. Neste gesto revela-se um primeiro aspecto da sua personalidade: estar, e estar activo, onde fizesse mais falta. Ali se manteve como responsável pelo seminário de Serpa, até 1930. Neste ano, estimulado pelo seu desejo de aprender e tomar contacto com os problemas sociais, matricula-se na Universidade de Lovaina, onde conheceu o fundador da Juventude Operária Católica, Monsenhor Cardijn, tendo como colega o padre Manuel Rocha, que havia de seguir um caminho paralelo ao seu, mas que foi obrigado a exilar-se nos Estados Unidos, onde acabou por falecer.

Foi ali que se doutorou em Ciências Políticas e Sociais em 1934 com uma tese sobre uma obra que o apaixonou: o Boerenbond, (em flamengo, Federação dos Agricultores), que velava pela defesa dos agricultores através da sua organização e da elevação do seu nível moral, intelectual, técnico e económico. É curiosamente actual para nós o que diz um biógrafo de Abel Varzim, Domingos Rodrigues, acerca deste caso: "Com as fronteiras abertas, deu-se a invasão dos produtos do exterior, enquanto o liberalismo económico tinha tirado a direcção dos mercados aos produtores e aos consumidores. Os agricultores belgas começaram a sentir a

asfixia económica, visto que os preços de venda eram inferiores aos seus preços de custo. Os agricultores estremeceram, mas encontraram a sua força na associação. O Boerenbond salvou-os". Que belo exemplo a seguir, entre nós, na conjuntura actual!

De regresso a Portugal, Varzim vem viver para Lisboa, integrando-se no Patriarcado, onde pontificava o cardeal Cerejeira. Ainda em Lovaina, ele e Manuel Rocha são encarregados de elaborar as Bases da Acção Católica Portuguesa, que vieram a ser publicadas em 1933, em curiosa e eloquente sincronia com a constituição salazarista. Passa pela revista "Renascença" e escreve assiduamente no órgão oficial da Igreja - "Novidades" - artigos doutrinários sobre problemas sociais.

Em 1938 é convidado por Salazar para integrar as listas únicas da União Nacional para a Assembleia Nacional, pois o regime tinha por costume incluir em todas as legislaturas um ou dois padres na sua lista de deputados. Mas logo em Janeiro de 39 Abel Varzim apresenta um aviso-prévio questionando o funcionamento dos chamados sindicatos

nacionais, onde denuncia arbitrariedades cometidas no mundo laboral. "Estou convencido de que a situação em que se encontram os sindicatos nacionais e de que a facilidade com que muitos patrões abusam dos operários se deve algumas vezes ao próprio Estado". Tanto bastou para ser alcunhado de comunista e considerado um opositor ao regime. Efectivamente, acreditava no sistema corporativo, mas feito de baixo para cima, e não ao contrário. Também se manifestou contra o decreto que obrigava os oficiais das Forças Armadas a fazerem casamento com raparigas dotadas de bens materiais.

Mas a maior obra de Abel Varzim foi a que desenvolveu à frente do jornal "O Trabalhador". Fundado no primeiro de Maio de 1934, publicouse até 1946 como quinzenário, enquanto órgão da Acção Católica Portuguesa. Os editoriais ardentes de Abel Varzim, defendendo a libertação da classe operária, enfureciam o regime. "O Trabalhador" causa confusão a muita gente - lê-se num deles - "porque a classe operária está calada, está resignada e contenta-se com o que tem. Que nós andamos a espiçar, a desinquietá-la, que a andamos a revolucionar, sem necessidade nenhuma, porque ela lá se vai aguentando como está, e continuaria calada se nós não fálássemos dos seus direitos". Entretanto, a Censura, como era natural, cortava páginas inteiras do jornal, fazendo agravar-se a situação económica, que levou à auto-suspensão do quinzenário.

Mas Abel Varzim não desiste: funda a "Sociedade Editorial O Trabalhador", com acções a 100\$00, e retoma a publicação em 1948 com um semanário com o mesmo nome. Ousava escrever, num editorial: "Se o operário não se resgatar a si mesmo, ninguém o resgatará". A partir d'aqui, o destino do jornal estava traçado.



Nuno Teotónio Pereira

Quem foi Abel Varzim?



Primeiro, foi uma nota oficiosa de intimidação do subsecretário das Corporações. Como não tivesse resultado, a Censura obrigava a compor doze páginas de texto para que se aproveitasse oito, ao mesmo tempo que chegava ao jornal uma proposta de compra, sem identificação do comprador, que foi naturalmente rejeitada. Já anteriormente tinha havido uma proposta de subsídio, também ela rejeitada. Foi assim que em 9 de Julho de 1948 o jornal foi suspenso sine die pela Censura.

A hierarquia católica, como se tornou habitual perante casos destes, não reagiu. Nem um protesto, apesar de os responsáveis do jornal terem pedido apoio ao Núncio do Vaticano e ao cardeal Cerejeira. Este, ouviu-os com simpatia, mas decepcionou-os, quando lhes disse que mais tarde haviam de ter ocasião de fazer alguma coisa. Entretanto Abel Varzim dispunha, segundo o seu biógrafo, de mais três postos onde exercia a sua actividade social: Director do Secretariado Económico-Social da Acção Católica, professor do Instituto do Serviço Social e assistente da Liga Operária Católica. Aqui não podia o Governo intervir directamente. Mas fê-lo indirectamente, pressionando a hierarquia, que docilmente se submeteu, demitindo-o destes cargos num curto intervalo de tempo.

No seu diário, escrevia Varzim em 1948: "Os nossos chefes hierárquicos vêm cometendo desde há muito um gravíssimo erro - são covardes - ou pelo menos parecem-no e são comodistas e burgueses". O oportunismo também marcou a sua maneira de actuar, como testemunha uma conversa relatada no mesmo diário com Cerejeira, que lhe tinha dito que o guardava como uma reserva da Igreja. "Porque, acrescentou, esta situação política não pode durar muito; nós não temos ninguém, a não ser o padre Varzim, com prestígio suficiente para desfraldar, depois da queda disto, uma bandeira... Isto não é maquiavelismo, mas prudência". Após dois anos de inactividade, Abel Varzim foi nomeado pároco da



Jantar promovido por ocasião da vinda do Pe. Manuel Rocha a Lisboa. Da esquerda para a direita pode ver-se o Pe. Abel Varzim, Pe. Manuel Rocha, João Carvalho, jocista n.º 1 de Portugal, Pe. Narciso Rodrigues, Assistente Nacional da JOC, João Gomes e Pe. João Real, Assistente Nacional da LOC

freguesia da Encarnação, em Lisboa. Abrangia o Bairro Alto, e logo o pároco se interessa pela sorte das prostitutas. Em 1953, fundou um lar para a sua reintegração social, e um posto médico. Mas as elites da paróquia não descansaram, enquanto também não foi afastado deste cargo. Desta fase da sua vida deixou-nos um impressionante testemunho, publicado em 2002 pela Multinova com o título "Procissão dos Passos".

Em 1957, cansado, doente e abatido pela maledicência e pela calúnia, regressou à sua aldeia de Cristelo. Foi aqui que Francisco Lino Neto o foi encontrar em 1959 para pedir que subscrevesse dois documentos que denunciavam, por um lado, a subserviência da Igreja face ao Estado, e por outro os crimes da Pide. Assinou-os ambos, integrando um grupo de 47 católicos, entre os quais vários padres, que assim se demarcavam do regime. E na lista das assinaturas, organizada por ordem alfabética, o seu nome aparece simbolicamente em primeiro lugar. Aos signatários foi aberto um processo pela Pide, mas logo veio uma amnistia, pois o caso era demasiado embaraçoso para a ditadura.

Fui visitá-lo com minha Mulher, Maria Natália, a Cristelo pouco antes da sua morte. Mesmo ali, não descansava: tinha organizado a cooperativa SAMI (Sociedade Avícola do Minho), para que os interesses dos avicultores fossem defendidos. E dizia sonhar que mais tarde, sem alteração da sigla, esta associação se pudesse transformar em Sociedade Agrícola do Minho. Era uma espécie de voltar ao princípio: a aplicação da experiência do Boerenbond belga, tema da sua tese de doutoramento, e cuja publicação entre nós poderia ser bem útil na actual conjuntura.

É este homem, sacrificado pelos seus superiores às razões do Estado de um poder ditatorial, e condecorado a título póstumo com a Ordem da Liberdade em 1980, que aqueles que tiveram a ventura de com ele privar não mais esquecerão, mas a quem incumbe a responsabilidade de o dar a conhecer às gerações vindouras.

Nuno Teotónio Pereira
Arquitecto e
Sócio do Forum Abel Varzim



In: Vozes e Imagens - Capa: 2006

unicer.pt

99

A maioria das nossas histórias está presente em muitos momentos da sua vida. São que se apercebe, mesmo quando pensamos que já somos parte dela. O nosso sonho é que em algum momento a nossa companhia tenha melhor cada um desses momentos. Assim, assim do que uma marca, mas é um sonho que colamos a longo prazo.



Entre os nossos sonhos e os vossos sorrisos



Muhammad Yunus e o Banco Grameen

Nobel da Paz para o Microcrédito

A manutenção da paz só é possível desde que a maioria das populações encontre meios a partir dos quais corte com a pobreza.

"A manutenção da paz não é sustentável a não ser que a maioria das populações encontre meios a partir dos quais corte com a pobreza. O Microcrédito é um desses meios. O desenvolvimento a partir de baixo também serve como avanço da democracia e dos direitos humanos." Foi com estas palavras que o Comité Norueguês do Nobel anunciou a atribuição daquele galardão a Muhammad Yunus e ao Banco Grameen. Yunus nasceu em 1940, no Bangladesh. Durante a adolescência viajou pela Ásia e pela Europa, tendo-se formado, posteriormente em Economia na Universidade de Dhaka, na sequência do que seguiu para os Estados Unidos, regressando ao seu país como docente. Em 1974 envolve-se na luta contra a pobreza e vai tomando consciência, através do contacto com as populações, de que uma pequena quantia pode fazer uma grande diferença na economia de uma família. Desse modo, na aldeia de Jobra, dá início à sua actividade de "banqueiro dos pobres", emprestando apenas 27 dólares do seu próprio bolso a um grupo de mulheres que se dedicava ao fabrico de mobiliário em bambu, mas que tinha grande dificuldade em conseguir apoio por parte das organizações bancárias devido à pequenez do seu negócio. O projecto corre bem e Yunus alarga a ideia a pequenas quintas e projectos rurais, na sequência dos quais é fundado o Banco Grameen (que significa "meio rural") que se estabelece a partir de pequenos núcleos informais e com o apoio de "grupos de solidariedade". À medida que vai crescendo, o Grameen vai acrescentando aos pequenos empréstimos outro tipo de financiamentos ao desenvolvimento rural, como sejam infraestruturas de irrigação, pequeno comércio e investimentos de capital. Uma das características que mais sobressai, na prática corrente do microcrédito é a apos-



Muhammad Yunus: a capacidade de realizar

ta predominante no empréstimo a mulheres que se revelam como melhores gestoras e com melhor preparação para a organização dos pequenos negócios. O sucesso deste projecto enquanto factor de produção de riqueza em meios pobres foi servindo ao longo dos anos como inspiração para a criação de organizações similares, não só no terceiro mundo, mas um pouco por todo o planeta, estando este modelo implementado, actualmente em 23 países, com consequências práticas em milhões de cidadãos.

A atribuição do Nobel da Paz ao "banqueiro dos pobres" e ao seu banco, vem dar maior relevo à ideia do Microcrédito que, em Portugal, nos últimos anos, tem sido um meio de combate à exclusão social, tal como nas páginas de Transformar temos vindo a dar conta. A cerimónia de entrega do Prémio terá lugar, como é habitual, em Oslo, no próximo dia 10 de Dezembro, data do aniversário da morte de Alfred Nobel.

Rui Almeida

TRANSFORMAR

Propriedade do Forum Abel Varzim – Desenvolvimento e Solidariedade

Director: João Gomes

Colaboradores permanentes: Paulo Aído, Rui Almeida e Inácio Pereira da Encarnação

Colaboram neste número: Arnaldo de Pinho, Madalena Miguel, Nuno Teotónio Pereira e Jorge Gonçalves (Fotos)

Apartado 2016 • 1101-001 LISBOA • Tel: 218 861 901

forumavarzim@mail.telepac.pt

www.forumavarzim.org.pt

Informa-se os associados que pretendam efectuar o pagamento das quotas por transferência bancária, que o podem fazer através do

NIB 0035-0698-00022001930-29

Depósito Legal: 190801/03

Execução Gráfica: Gráfica Torriana, S.A. 2560-250 Torres Vedras



FORUM ABEL VARZIM
DESENVOLVIMENTO
E SOLIDARIEDADE